

Margens do jornalismo: linguagem e discurso

Rosana de Lima Soares

Resumo: Este artigo busca deslocar as reflexões sobre o jornalismo para o campo de confluência das teorias constituintes das ciências da linguagem, tendo em vista a elaboração de uma abordagem diferenciada em relação ao fazer jornalístico. Essa inserção especifica uma prioridade coerente com os fundamentos que apresentamos: a língua como instituição social fundante, o discurso como laço social, o inconsciente como conceito operador das articulações. Serão apresentados os pressupostos teóricos de tal articulação e, em seguida, demonstraremos seu modo de operação, tomando como exemplo a cobertura dos atentados de 11 de setembro de 2001, ocorridos nos Estados Unidos, e as formas como foram relatados pelas mídias.

Palavras-chave: jornalismo; narrativa; discurso; linguagem; produção de sentidos

Abstract: Margins of journalism: language and discourse - This article attempts to shift theoretical reflections on journalism toward the field of confluence of the theories that constitute Language Sciences, based on a different approach to the practice of journalism. The sustained theoretical filiations determine a set of priorities compatible with the fundamentals presented here, i.e., language as a founding social institution, discourse as a social bond, and the unconscious as an operative concept of these articulations. The first part of the article introduces the theoretical postulations of this articulation, followed by a demonstration of its mode of operation, using as an example the events of 9/11 in the United States and how they were covered by the media.

Key words: journalism; narration; discourse; language; production of meaning

Este artigo busca deslocar as reflexões sobre o jornalismo para o campo de confluência das teorias constituintes das ciências da linguagem (teoria lingüística, semiótica narrativa e discursiva, psicanálise freudo-lacaniana), tendo em vista a elaboração de uma abordagem diferenciada em relação ao jornalismo. Essa

inserção específica uma prioridade coerente com os fundamentos que apresentamos: a língua como instituição social fundante, o discurso como laço social, o inconsciente como conceito operador das articulações.

As teorias tradicionais do jornalismo – teoria do espelho, agendamento, noticiabilidade – concedem essa atividade como totalizante, ou seja, capaz de dar conta da *realidade dos fatos*, apreendendo-os integralmente e reproduzindo, ou transmitindo, os acontecimentos para aqueles que não os presenciaram. O jornalista seria uma testemunha da história, mais do que um intermediador ou construtor de uma outra realidade: a realidade discursiva. Ao propor um deslocamento neste modo usual de pensar o jornalismo, partimos do pressuposto de que o domínio discursivo, entendido como articulador das relações simbólicas e, por isso, o lugar em que se fazem e desfazem os laços sociais, é o campo privilegiado para tal estudo. Tal fato se torna ainda mais significativo se considerarmos o avançado nível de intermediação que modela o mundo contemporâneo, caracterizado pelas redes midiáticas e por formas diferenciadas de produção das notícias, sejam audiovisuais, impressas ou digitais.

É nesse ponto que podemos proceder à transformação do fazer jornalístico em trabalho produtivo de estabelecimento de relações sociais e, assim fazendo, deslocar seu estudo para o campo fundante destas relações: a língua, entendida como relação social instituinte a partir dos trabalhos de Saussure. Se observarmos os efeitos que a teoria lingüística produziu no campo das ciências – agora consideradas *ciências humanas* (Kristeva, 1974) –, poderemos avançar um pouco mais em nossas reflexões. Tais efeitos levaram ao questionamento das produções do homem e das relações entre si e o outro, apontando a precedência das estruturas inconscientes como a possibilidade mesma das sociedades humanas.

O conceito de discurso, tal como o concebemos, é modulado na esteira dessas transformações. O discurso refere-se ao ato mesmo da língua, exigindo, assim, que seja pensado o estatuto daquele que fala, ou seja, do sujeito. Concebemos então o discurso como o domínio em que as relações simbólicas são tomadas como instituintes do sujeito e das realidades que o situam. Essas breves considerações apontam a direção na qual o jornalismo, constituído como discurso, pode ser estudado conforme as relações simbólicas nele estabelecidas.

A partir das ciências da linguagem, desenvolvemos a convicção de que a realidade social só se apresenta enquanto *realidade discursiva*. Uma pergunta, nessa proposição, se faz fundamental: saber *quem fala* na articulação dessa realidade. Este *quem fala* remete, usualmente, para um dos suportes do esquema que sustenta os estudos da comunicação (emissor-mensagem-receptor), quer seja

este tomado a partir do emissor ou do receptor. A noção de discurso afigura-se, assim, como aquela para a qual convergem, implícita ou explicitamente, as diversas propostas teóricas em relação à comunicação. No pressuposto lingüístico, o discurso é a *língua em ato* (Benveniste, 1989), o que nos permite, numa primeira aproximação, supor que as narrativas jornalísticas possam ser pensadas como atos discursivos; verbais ou imagéticas.

No momento em que buscamos pensar o jornalismo de um ponto específico – enquanto um discurso dotado de uma estrutura predominantemente narrativa –, estamos assumindo que em seus estudos algo *falta*. Poderíamos então perguntar: o que falta – manca, claudica – nos estudos de jornalismo? O que tem sido negligenciado e esquecido nas suas reflexões? O que tem sido desviado para que não lhe seja lançado um olhar? Sem ambições totalizantes, como seria ousar um exercício de pensar o jornalismo a partir desse esquecimento, disso que foi desviado?

Na trilha das reflexões sobre a comunicação (ou as teorias que tentam organizá-la em campo científico), as teorias sobre o jornalismo geralmente se articulam em torno da tríade emissor-mensagem-receptor, “considerando-se, nos dois pólos, a presença de indivíduos que, pela mensagem, posicionam-se com vistas a um entendimento. Nos termos desse eixo, elas são marcadas pelo privilégio concedido a um dos pólos do processo comunicativo” (Gomes, 2001:90). Ainda que essa tríade não se constitua, ela mesma, em uma teoria – mas apenas em um modo esquemático que tenta apreender, em nível intuitivo, o processo que chamamos de “comunicação” (alguém fala alguma coisa para um outro alguém que ouve) –, cremos ser ela o fundamento de diversas reflexões desenvolvidas. Estruturado a partir dessa tríade, o processo da comunicação – do qual o jornalismo não pode ser isolado – é tomado como se fosse dotado de linearidade e previsibilidade; mais do que apontar para a constituição da comunicação, esse *como se* aponta para um desejo, desejo de *máxima comunicação* que se revela em desejo de *completude*, presente muitas vezes também no jornalismo:

Tudo se passa como se esses estudos – essas teorias da comunicação – procedessem no sentido de um depuramento com o qual se pudesse alcançar uma coincidência entre elas e uma apreensão total da realidade. Tudo se passa como se elas cumprissem um caminho progressivo em direção à verdade. Mas o adiamento que esse caminho implica, na sua promessa de verdade, o torna testemunho de uma verdade que se ausenta (Gomes, 2001:91).

É nessa permanente tentativa de *desvio* que gostaríamos de inscrever este artigo, porque há algo que julgamos não mudar no deslocamento das reflexões clássicas: o traço que se repete é a manutenção da tríade, mesmo com variações nos pólos privilegiados. Nas reflexões sobre a comunicação, há um ausente, como fruto de um esquecimento, de algo que tem sido há muito negligenciado. Ao levarmos em conta aquilo que tem sido esquecido, explicita-se uma outra concepção de sujeito: um sujeito *interpelado na linguagem*, herdeiro dos estudos de Lacan e Freud no campo da psicanálise.

Se pensarmos a linguagem como alteridade absoluta, percebemos que a relação pressuposta entre emissor-mensagem-receptor não se estabelece entre um e outro, mas entre os dois remetidos a um terceiro. É o terceiro que faz a ligação entre uma coisa e outra, articulando-as, unindo partes distintas¹. A linguagem é, assim, esse terceiro lugar, terceiro termo – uma terceira margem estabelecendo elos de silêncio e palavra, como no conto de Guimarães Rosa (1985), “A terceira margem do rio”.

A linguagem, assim concebida, pode ser definida como um “campo ao qual tanto emissor quanto receptor estarão submetidos e no qual não se pode em nenhum momento falar de um *senhor da fala* nos moldes em que é pensado para aquele do qual parte a iniciativa de comunicação”. Assim, “emissor e receptor estão comprometidos no mesmo discurso, o discurso do Outro pelo qual eles se colocam” (Gomes, 2001:93). Nessa passagem de um e outro para um terceiro, chegamos ao conceito de *discurso* que norteia o texto:

O discurso é o campo concreto da realidade transindividual do sujeito, o lugar da intersubjetividade, lugar através do qual se estabelecem os laços sociais (Lacan, 1966; 1975). Neste campo estão assim implicados: a fala enquanto confere às funções do indivíduo, um sentido (Lacan, 1966); fala enquanto prática, cujo funcionamento é coordenado a um sistema simbólico estabelecido, típico e significativo; fala por onde o desejo do sujeito é integrado no plano simbólico (Lacan, 1975); a ação da história, constituindo a emergência da verdade no real (Lacan, 1966) e implicando a apreensão do sujeito numa conste-

¹ O termo “articular” apresenta possibilidades interessantes para pensarmos a linguagem. Como apontado por Hall (1996), essa palavra se reveste de dois sentidos: articular significa, em inglês e também em português, *proferir, expressar uma idéia ou raciocínio*, num sentido de construção na linguagem, de discurso, de expressão (dizemos de uma pessoa que fala bem que ela é articulada). Mas também significa (como dizemos que um ônibus é articulado) que *duas partes distintas estão conectadas*, mas não necessariamente precisariam estar ligadas uma à outra. As duas partes conectadas por meio de um elo específico podem ser quebradas, separadas, divididas. Uma articulação é, assim, *a forma de conexão que pode constituir uma unidade de dois elementos diferentes sob certas condições*. É um elo que não é necessário, determinante, absoluto ou essencial todo o tempo para aqueles elementos relacionados, um elo que pode ser desfeito.

lação de relações sociais e na insistência de um sentido (a contradição) nos cortes que o próprio discurso estabelece (Lacan, 1975) (Lacan apud Freitas, 1992:114).

À pergunta que se coloca nesse momento – por que, afinal, a noção de discurso seria exemplar para pensar o jornalismo a partir das teorias da linguagem –, uma possível resposta pode ser estabelecida. Na concepção da qual partimos, formar um discurso é dar sentido àquilo que está disperso socialmente – a realidade se constrói por meio do discurso –, e é por isso que se pode afirmar que não há realidade pré-discursiva, pois “cada realidade se funda e se define a partir de um discurso”:

A realidade é o discurso. Inclui-se aí tudo, menos um: esse menos um, aquilo que falta, é o que chamamos de real. De onde a diferença entre o real e a realidade: o real está na Linguagem como faltante e a realidade está na linguagem (e não há outro lugar) como articulação discursiva, como discurso. Mas os discursos e, portanto, as realidades que fundam e definem, não são quaisquer: são articulações (relações) determinadas, estruturam o mundo histórico-social e são por eles estruturadas. Além disso, são passíveis de transformações e têm funções (Freitas, 1997, mimeo).

Trata-se de uma conceituação abrangente, que nos encaminha para o conceito de discurso enquanto “laço social”². O que diferencia tal acepção das demais – além da distinção entre *real* e *realidade* – é o fato de que nela a oposição entre *realidade* e *discurso* não se mantém, não tratando estes dois conceitos como entidades isoladas. No deslocamento aqui proposto, a realidade é entendida enquanto *realidade discursiva*, ou seja: o discurso é a própria realidade. Ao organizar a realidade por meio do discurso, dotando-a de sentido, o jornalismo interfere naquilo que de “mais real” possa existir – a realidade discursiva, o limite do “real possível”, já que, ao real (como definido acima), não se poderá nunca ter acesso, pois ele sempre *falta*. Ao organizar a realidade, o jornalismo interfere na realidade, ao construí-la discursivamente.

² Tomamos o conceito de discurso como “laço social” dos trabalhos de Lacan, que relaciona as produções discursivas às formações do inconsciente (Lacan, 1998). Entretanto, não poderíamos deixar de nos referir ao livro *Elogio do grande público* (Wolton, 1990). Nele, o autor se propõe realizar uma teoria crítica da televisão, reconhecendo no telespectador um agente ativo e crítico. A televisão seria, para Wolton, um veículo que poderia ser fundamentalmente definido a partir de dois eixos: imagens e laço social. “O divertimento e o espetáculo remetem à imagem, isto é, à dimensão técnica. O laço social remete à comunicação, isto é, à dimensão social” (Wolton, 1996:12). Wolton aponta como papel primordial da televisão o estabelecimento e o reforço do que chama “laços sociais”, formas de sociabilidade entre os membros isolados de uma mesma comunidade, articulando dois níveis, o coletivo e o individual.

Mas se considerado como construtor de realidades discursivas e, portanto, da “arena simbólica da sociedade” (Gans, 1980:312), o jornalismo reassume seu sentido de *mediação* e deixa de ser um mero meio técnico de (re)produção de mensagens de pedaços tomados dos fatos cotidianos. O discurso coloca algo que estava fora da realidade em sua organização, incluindo-o. Pode-se dizer, seguindo Lacan, que o *real* é esse algo que está fora e *insiste*; não consiste, portanto, naquilo que se institui nessa *realidade discursiva*.

Essa redundância indica que algo insiste na cadeia discursiva e não consegue se inscrever no discurso e nas formas culturais, repetindo-se ainda. Portanto, é dessa repetição, desse *algo ainda não inscrito*, que surge a possibilidade de mudança – pois tal reiteração sinaliza que algo novo está se configurando. Para que algo possa chegar ao discurso público e ser passível de criar laços sociais (ou seja, de possibilitar que uns se comuniquem com os outros), deve sair do anonimato e tornar-se narrativa, criando expectativas e, assim, possibilitando que *algo aconteça*. O efeito de um discurso é, pois, o *deslocamento* do que está arranjado para organizá-lo de outra forma.

Em outras palavras, podemos associar as formas de organização discursiva à própria organização do mundo: antes do discurso havia o indiferenciado. Ao contrário do que diz a maior parte dos mitos de cosmogênese, no princípio era o caos, abismo vazio, escuro e ilimitado que precede e propicia a geração do mundo. Um “sem fundo”, nas palavras de Derrida (1995), ou um “sem sentido”, nas palavras de Deleuze (1969), marca para sempre a origem: “O caos nos é apresentado como concepção de origem, um caos que não deve ser entendido na acepção corriqueira, pejorativa, de confusão ou barbárie; é, simplesmente, *um indiferenciado*” (Gomes, 2000:33).

Depois – só depois – veio o *verbo*, cortando e delineando o caos, separando as formas, estabelecendo diferenças (por posição, oposição e relação) e substituições. Posição dentro do sistema, em que cada elemento ocupa um lugar diferenciado; oposição de uns aos outros, para se distinguir da massa informe e homogênea; relação dos elementos entre si no conjunto que constituem. As margens da palavra, como as margens do rio, delineiam o mundo, constituindo a realidade. As margens do discurso: “Eis o simbólico advindo na diferença pela colocação de oposições: nomeio porque posso identificar o elemento usado para a nomeação com o qual, ao mesmo tempo, diferencio o nomeado. O *verbo* é diferença” (Gomes, 2000:33).

Na filosofia clássica, a partir da *poiésis*³, fala-se na *colocação* (fabricação) de um mundo entre os muitos possíveis; na filosofia analítica, fala-se em *apre-*

³ O verbo grego *poiéo* significa: fabricar, executar, confeccionar, compor, construir, produzir, provocar, fazer, agir com eficácia. A *poiésis* pode ser definida como: “Ação de fabricar, fabricação. Confeção de um objeto artesanal. Composição de uma obra poética. A *poiésis* liga-se à idéia de trabalho como fabricação, construção, composição e à idéia de *téchne*” (Chauí, 1994:358).

sentação do mundo pelo discurso; nas ciências da linguagem, trata-se de *construção* da realidade. O *caos* atravessado pelo discurso aponta para uma outra possibilidade de contorno, algo que resta ainda lá como possibilidade, algo que por não ter sido delineado – ainda sem margens – não constitui a realidade. É porque houve uma diferenciação primeira que se pode falar no indiferenciado. Os discursos delineiam a massa amorfa do *caos* e, ao fazê-lo, instituem e produzem realidades que dão a ver o mundo, falam o mundo, fazem o mundo: fora de suas margens não há realidade. Esse indiferenciado resta para sempre desconhecido, ilimitado em sua possibilidade de vir a ser conhecido, mas ainda sem sê-lo, pois no momento em que se fizer conhecido já não será mais *caos*, terá se transformado em *verbo*. Por meio de seus enunciados, o discurso prepara a cena da realidade, estabelecendo uma lei, uma hierarquia, ordenando o que pode ser visível, audível, factível. O discurso, em seus começos, represa o *caos*, estabelece margens entre os ditos e os não-ditos, entre lacunas e vazios.

O *verbo* (*lógos*) atravessa o *caos* originário e, ao fazê-lo, institui o mundo como *realidade discursiva*. Ao instituir a realidade, o discurso institui, ao mesmo tempo, o sujeito: “O corte simbólico, organização de mundo e instituição do sujeito falante, diferenciado nessa ‘nebulosa’, é pura diferença: operação de oposição e substituição” (Gomes, 2000:13). Como afirmara Saussure, “na língua só existem diferenças” (Saussure, 1970:139).

Em seus trabalhos, ao tratar da língua como instituição social atualizada na fala de cada um, Saussure já afirmara que “tomado em si, o pensamento é como uma nebulosa onde nada está necessariamente delimitado. Não existem idéias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua” (1970:139). A língua é, pois, instituição fundante das relações sociais: “Na língua como instituição social nos organizamos enquanto pacto, sempre levando em conta o estatuto desse pacto/língua que nos precede e sobre o qual não temos escolha. Somos constituídos na linguagem como sujeitos singulares e sociais de um só golpe” (Gomes, 2000:16).

Se retomarmos, portanto, o conceito de “língua” em Saussure e o de discurso em Benveniste, podemos avançar um pouco mais e dizer que antes do discurso, não há realidade. Em outras palavras, os discursos dados socialmente inserem o sujeito em uma ordem simbólica da qual ele não pode escapar. Assim, o humano é desde sempre social – lembremos Kristeva ao afirmar que quem diz “homem falante” diz, ao mesmo tempo, “homem social” (1974) – pois, mesmo sem saber, é antecedido pela ordem simbólica.

Linguagem e discurso

Nesse ponto podemos retomar a questão da mediação pressuposta nos discursos. Como definir as narrativas jornalísticas como mediações? Quais os ter-

mos que as constituem? Poderíamos dizer que o fazer jornalístico realiza a mediação entre ele mesmo e a sociedade? Acreditamos que não, pois não se pode ser mediador entre si mesmo e o outro. A mediação se daria então entre os sujeitos e os acontecimentos que o jornalismo relata? Também acreditamos que não, pois se considerarmos os sujeitos como *significantes* na linguagem – por ela constituídos – veremos que são essas relações constitutivas (os discursos) que constroem a realidade social.

Responder às questões acima propostas – esclarecer a que nos referimos quando dizemos *mediação* – exige que se localize o “comum” nos elementos em ligação, sejam os “cidadãos”, o “povo”, a “sociedade” (para usar palavras usualmente associadas à função do jornalismo), ou o próprio jornalismo. Abrindo a possibilidade de elaboração da resposta, reportamo-nos a Lévi-Strauss (1974): na perspectiva da antropologia, a dicotomia entre indivíduos e sociedade não se sustenta. Ao considerarmos a função simbólica como estruturante das sociedades e, portanto, da realidade, o indivíduo – definido como sujeito – é desde sempre social, pois já nasce submetido à ordem simbólica, que o precede.

Levando mais longe essa concepção, podemos dizer que a linguagem é estruturante da realidade (*mundo é linguagem*) e que, portanto, *não há realidade pré-discursiva*, ou seja, não há uma sociedade *externa* ao sujeito que precise de mediação para chegar a ele. Dessa forma, o jornalismo pode ser pensado como uma *produção discursiva* – dotado de uma estrutura predominantemente narrativa –, e não como a simples mediação entre um acontecimento e um ou mais sujeitos, ou entre a sociedade e os indivíduos. Em outras palavras, o jornalismo constitui-se como *articulador* de realidades discursivas e os discursos estruturam as relações sociais. O discurso jornalístico (e seus efeitos) pode ser pensado não como manifestação ou representação de significados, mas como significantes articulados em cadeia transformando-se em mensagem; mensagens que interpelam o sujeito para que fale, nas relações que instituem entre o sujeito e o Outro, e na mediação dos objetos que cativam o seu desejo.

Se considerarmos então as ciências da linguagem, não poderemos falar em representação, mas sim em *construção* do mundo. Não que os acontecimentos não existam enquanto eventos que tiveram um tempo e um lugar determinados. Mas só passam a ser vistos como realidade por meio de construções narrativas operadas *na* e *pela* linguagem. Ao jornalismo caberia este papel de, operando simbolicamente, ordenar *recortes de acontecimentos*, transformando-os em realidades discursivas. Ao fazê-lo, apresenta sempre uma versão – um fragmento – daquilo que aconteceu e, acontecido, começa a desaparecer. Nessa construção, pela própria definição da linguagem, algo sempre vai faltar, algo não recoberto, um pedaço impossível de ser simbolizado. Se, por um lado, podemos

afirmar não ser possível à linguagem recobrir integralmente um suposto mundo que a antecede, devemos afirmar, por outro, não ser possível à realidade se constituir enquanto tal, a não ser no incessante jogo de proximidade e distanciamento em relação à linguagem, não existindo fora dela – daí sua imponderabilidade.

Tal impossibilidade fora examinada por Borges (1961) no fragmento “*Del rigor en la ciencia*” (exaustivamente comentado por estudiosos das mais diversas áreas), em que os cartógrafos de um determinado reino desenham um mapa tão detalhado que acaba por cobrir exatamente seu território. Para representar com fidelidade o reino inteiro e agradar ao rei, o mapa deveria ter o tamanho exato da cidade existente, criando uma impossibilidade: ao ser cópia fiel, deixa de ser uma reprodução imaginária da cidade e passa a ser o próprio objeto que tentara representar. Eco (2002) apresenta uma interpretação completa do *mapa total* a partir da “lógica dos paradoxos”: tal construção só seria possível se ela permitisse mudanças e deslocamentos nos elementos que a compõem, como se fosse um mapa “transparente” e “permeável” a recobrir o território.

Ainda assim, o mapa seria uma reprodução sempre inexata e precária do território, pois no momento mesmo em que fosse concluído e se cristalizasse em cópia, o território já seria outro (sendo impossível reproduzir uma a uma todas as posições/oposições de seus elementos, ou seja, a menos que mudasse a cada minuto o mapa estaria permanentemente desatualizado). Eco aponta, portanto, para a impossibilidade intrínseca à própria idéia de *reprodução*, da qual podemos afirmar que não se pode recobrir com representações uma suposta realidade antecedente a elas não por habitarmos um mundo de *simulações* (Baudrillard, 1991), mas sim devido ao próprio caráter dinâmico de construção da realidade pela linguagem: ao fazer o mapa, estaríamos traçando a própria realidade. Trata-se, pois, da questão do próprio estatuto da linguagem e de sua inseparabilidade em relação ao mundo. Afirmar, como já fizemos outras vezes, que *o mundo é linguagem* significa dizer que o mesmo não existe fora dela, apontando para o fato de que há que aceitar certo grau de incerteza como constituinte da realidade e há que incorporá-lo – o mundo é criado pela linguagem e tal *constructo* não corresponde exatamente a um suposto real, mas está *no lugar de*.

Discurso jornalístico e produção de sentidos

A fim de ilustrar as proposições e postulados acima expostos – e demonstrá-los em suas articulações com o discurso jornalístico – examinaremos as narrativas sobre os ataques ocorridos em 11 de setembro de 2001 nos Estados Unidos, evento singular por seu caráter surpreendente e imprevisto: antes de sua eclosão,

não havia registro algum de que pudesse acontecer; e apenas depois de sua ocorrência é que pôde ser apreendido e elaborado discursivamente.

As transmissões, ao vivo, desse ataque – posteriormente adjetivado como “terrorista” –, quando dois aviões comerciais se lançaram contra as torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, foram recebidas pelos que acompanharam suas imagens com incompreensão. As imagens televisivas surgiam, desordenadamente, à nossa frente. Não havia repórter, nem legenda, nem explicações, nem edição. Eram cenas surpreendentes, ao mesmo tempo chocantes e estarrecedoras, que não pareciam *reais*: pareciam fazer parte, como muitos apontaram, de um filme hollywoodiano de aventuras, com seus heróis, bandidos e explosões, pessoas gritando e correndo, prédios ruindo.

As imagens se repetiam e, minutos depois, começamos a juntar pedaços da história – elaborar uma *narrativa* – e entender o que estava acontecendo naquele momento, fato possibilitado pela extensão das redes midiáticas sobre o planeta. Podemos mesmo afirmar que esse evento não teria adquirido tais proporções se não tivesse sido largamente transmitido. As muitas perguntas que se seguiram àquele ataque – que desencadeou a chamada “guerra ao terror”, repercutindo de maneira contundente e fazendo com que a data seja ainda hoje, quatro anos depois, considerada um marco de novas relações mundiais – começaram a ser explicadas *apenas depois*. Aquele fato surpreendente, um acontecimento em estado inaugural, não possuía ainda começo-meio-fim, tampouco protagonistas e antagonistas, nem projetos a serem realizados ou danos a serem reparados. Vimos centenas de vezes sua repetição, ainda sem narrativa, como se aquelas cenas pudessem falar por si, e sem discurso, como se aquelas cenas bastassem para compreendermos o que havia acabado de acontecer. Um acontecimento de pura imagem.

Se não bastasse a profusão de imagens, nas horas iniciais de transmissão, não havia nenhuma personalidade reconhecida, ninguém que viesse falar ao público o que se passava, *informar-nos*, segundo os padrões usuais do jornalismo, em que vozes de autoridade, repórteres, pessoas comuns, especialistas são chamados a compor a narrativa de um evento. Ainda que as imagens diretas falassem por si – e apontassem a presença das câmeras e dos repórteres –, faltava um sentido, uma direção, apagando das emissões as marcas dessa intermediação. “Aonde estão os jornalistas e repórteres para nos *explicar* o que se passa?”, pensávamos. A resposta viria nos jornais impressos do dia seguinte, que dedicaram inúmeras páginas de suas edições aos fatos recentemente ocorridos. É deles que trataremos, de forma breve, para ilustrar as relações entre jornalismo, discurso e narrativa. Nos jornais e telejornais do dia 12 de setembro de 2001, algo antes

inédito começara, finalmente, a se organizar em *discurso* por meio das *narrativas* sobre aquele evento. A partir desses começos, de uma narrativa que antes não havia, tentamos acompanhar a passagem do ato ao discurso (do ato *como* discurso), a elaboração de um relato que explicasse os acontecimentos e preenchesse suas lacunas, dotando-os de sentido e inteligibilidade.

É interessante notar as articulações que foram se organizando e as mudanças de abordagem e perspectiva desde a ocorrência do atentado – ao mesmo tempo grandioso e singular – até seus desdobramentos na guerra travada pelos Estados Unidos contra o Afeganistão. Das primeiras imagens, desordenadas em relação aos princípios do “bom jornalismo” e do “direito à informação”, podemos afirmar que pareciam estar sem lugar: a narrativa não encontrava onde se *amarrar* nos discursos já instituídos, como se os pequenos objetos de sua ordenação estivessem se deslocando freneticamente de um ponto a outro. Não havia, nesses momentos iniciais, um ponto nodal em torno do qual essa narrativa pudesse se estabelecer – um ponto de intersecção no qual se prender –, um centro a direcionar seus desdobramentos, direções, sentidos.

Se entendermos a narrativa como o imaginário que amarra os laços sociais (os discursos), podemos dizer que estes só passaram a ser (re)estabelecidos quando o relato assumiu seu eixo ordenador e passou a fazer parte de uma narrativa maior, que o transcendia. Assim se explica a busca constante por atores, lugares, razões. Algo que não existia até aquele momento, passou, assim, a se constituir em narrativa, amarrando-se a outras cadeias significantes já ordenadas; nesse momento, teve início a busca por um dano a ser reparado – o próprio elemento articulador dos relatos, já que é a partir de um dano que o herói (qualquer que seja ele) sai em busca de seu destino. E os relatos que se seguiram trataram de (re)construir os acontecimentos daquele dia.

Talvez por isso a primeira ordenação feita pelos jornais tenha sido tão exaustiva: como informou o *ombudsman* do jornal *Folha de S. Paulo* (16/09/2001), foram 37 páginas de textos, apenas na *Folha*, entre artigos, comentários, entrevistas, depoimentos, mobilizando dezenas de profissionais. Nos Estados Unidos, o *Washington Post* trouxe 51 páginas sobre o assunto; o *New York Times*, 33 páginas; o *Los Angeles Times*, 40; o *Le Monde*, da França, 19; o *El País*, da Espanha, 28; o *Público*, de Portugal, 25 páginas, para citar alguns exemplos. Entretanto, é preciso lembrar que os jornais impressos, embora mais detalhados, têm alcance limitado se comparados à televisão; mas as redes de televisão trataram de construir, também elas, seus relatos. A Rede Globo, por exemplo, além de um Jornal Nacional dedicado quase exclusivamente ao atentado (11/09/2001), transmitiu um Globo Repórter (14/09/2001) e um programa Fantástico (16/09/2001) sobre os eventos de Nova York.

Podemos apontar, então, que o esforço posterior das mídias foi o de ordenar uma narrativa, construir discursivamente uma realidade que antes não havia. Ao mesmo tempo em que se institui o discurso, institui-se também sua verdade e seu controle (Foucault, 1996): a ordenação do que deveria ou não ser divulgado, do que poderia ou não ser transmitido, em palavras ou imagens (como a proibição posterior de não se transmitir mais as declarações advindas do suposto responsável pelos ataques). Dia a dia, uma nova peça viria somar-se a essa história e, curiosamente, se encaixar no relato como se sempre houvesse pertencido àquele lugar.

A partir dos efeitos que atingiram (literalmente *explodiram*) o discurso anteriormente instituído, uma nova configuração discursiva começou a se articular. Mesmo nos *slogans* usados pelo governo norte-americano, pudemos perceber um deslocamento: de “Justiça infinita” passamos para “Liberdade duradoura”, recolocando os termos da questão em relação aos supostos inimigos da paz mundial. Nos dias seguintes, progressivamente, os relatos foram se ordenando mais e mais, em um esforço por articular os acontecimentos tanto na televisão quanto nos jornais impressos. A internet, por sua vez, alcançou recordes de acesso em busca de informações *atualizadas*.

Nesse momento, destacamos a narrativa que foi construindo um novo discurso pelas primeiras páginas de dois jornais paulistas de circulação nacional, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, nos primeiros dez dias após o atentado (11-20/09/2001). Números, dados, estatísticas, fatos históricos, articulistas, especialistas e intelectuais das mais diversas correntes teóricas foram chamados a compor o quadro narrativo de 11 de setembro. Uma ação, ainda sem (destin)ação, buscava adquirir sentido, passar a significar e interpelar seus espectadores.

No dia dos acontecimentos, nada parecia sinalizá-lo; a primeira página da *Folha* trazia a frase “Indústria argentina propõe moratória” (ver na próxima página). No *Estado de S. Paulo*, líamos: “FMI reduz previsão de crescimento para a economia global”. A economia, como é comum, dominava as manchetes. No dia seguinte, 12 de setembro, a mesma foto ocupava metade da primeira página dos dois jornais (ainda que em proporções distintas): as torres em chamas no momento em que haviam sido atingidas pelos aviões. A *Folha*, já com os dizeres que acompanhariam sua cobertura nas semanas seguintes (“Guerra na América”), estampava, cautelosa e informativa: “EUA sofrem maior ataque da história”. O *Estado*, mais arrojado, já tentava preencher o “quem” do *lead* jornalístico: “Terrorismo declara guerra aos EUA”. Note-se que na *Folha* o sujeito da frase era os Estados Unidos; no *Estado*, o terrorismo. Nos dias que se seguiram, entretanto, os dois jornais pareceram destinar, predominantemente, o lugar de sujeito ao suposto herói da narrativa, aquele atingido pelo dano causado por seu antagonista, ainda indefinido, mas com nome buscado.



Das frases estampadas nas primeiras páginas da *Folha*, ainda que apenas transcritas, já se pode perceber uma narrativa configurando-as em discurso. Primeiro, um dano é causado ao protagonista, que identifica seu inimigo e conta com o apoio de seus aliados para enfrentá-lo: “Bush consegue apoio da Otan para reação global antiterror” (*FSP*, 13/09/2001).





15/9/2001



16/9/2001

Rapidamente, portanto, é preciso que esse inimigo ganhe corpo, nome, endereço, e Bin Laden começa, ainda nos primeiros dias, o ocupar seu lugar como antagonista responsável pelo dano: “Para EUA, Bin Laden é o suspeito” (*FSP*, 14/09/2001). Se um dano foi causado, uma reação se torna legítima, assim como uma contra-reação por parte dos supostos culpados: “Bush tem aval para ataque e Taleban promete reagir” (*FSP*, 15/09/2001); “Taleban convoca ‘guerra santa’” (*FSP*, 16/09/2001). O ataque é preparado, antecipado, com reforços e ameaças anunciando a guerra, a sanção: “Taleban vai receber ultimato” (*FSP*, 17/09/2001); “Bin Laden é procurado ‘vivo ou morto’, diz Bush” (*FSP*, 18/09/2001); “EUA ameaçam países com sanções” (*FSP*, 19/09/2001); “EUA reforçam frota no golfo pérsico” (*FSP*, 20/09/2001).



17/9/2001



18/9/2001



No *Estado*, ainda que com variações, a narrativa parecia engendrar um discurso semelhante através de suas manchetes principais. Identificado o dano, prepara-se a reação por parte daquele que foi atingido: “EUA responderão a ‘ato de guerra’” (*OESP*, 13/09/2001); note-se que a declaração de guerra foi antecipada, aquela anunciada pelos Estados Unidos, transformando-se em resposta. Se vai haver resposta, é preciso rapidamente saber a quem se vai responder: “EUA fecham o cerco a Bin Laden” (*OESP*, 14/09/2001). As ameaças se seguem, preparando o contra-ataque: “Terroristas vão nos ouvir logo” (*OESP*, 15/09/2001); “‘Estamos em guerra’, confirma Bush” (*OESP*, 16/09/2001). Os aliados, ainda que tardios, começam a surgir: “Ultimato do Paquistão isola Taleban” (*OESP*, 17/09/2001). A ação se torna efetiva e impõe sanções ao antagonista: “Bush quer Bin Laden ‘vivo ou morto’” (*OESP*, 18/09/2001); notemos a repetição, nos dois jornais, das palavras que reunidas pela conjunção soam tão familiares a nós. Surge um fato inesperado, que pode colocar obstáculos ao ataque: “Taleban dificulta entrega de Bin Laden” (*OESP*, 19/09/2001) , mas imediatamente é contornado: “Bush manda 100 caças para o golfo” (*OESP*, 20/09/2001).

O final da história, todos acompanhamos também pelos jornais. Ainda que num momento inicial não soubéssemos qual seria, afinal, o novo discurso a ocupar os espaços vazios deixados pelos destroços do World Trade Center. Hoje temos ecos dessas narrativas iniciais: a onda de atentados terroristas em outras cidades do mundo; a paranóia e o temor globalizados; a perda das liberdades individuais; o aumento da xenofobia; as restrições à imigração e à entrada de turistas; a guerra e a ocupação do Iraque e os altos gastos com segurança e operações militares parecem apontar os rumos e desdobramentos dessas narrativas, constituindo um outro discurso.

É nesse movimento que se criam as narrativas midiáticas, engendradas pelas tentativas de amarrá-las em uma teia entrelaçada que possa engendrar um grande final para nossas histórias cotidianas, acontecimentos fugazes do humano. Talvez o fazer midiático seja justamente a tentativa de buscar represar a fugacidade dos objetos que vão se sucedendo em inúmeras narrativas sobrepostas, que se sucedem porque não sabemos (ainda) seu final.

Um evento recente, e inesperado, irrompeu no horizonte dos acontecimentos e veio encontrar seu lugar nas redes midiáticas. Os atos que tomaram conta do cenário nova-iorquino em setembro de 2001 demonstram de forma inequívoca esse trajeto que busca entrelaçar acontecimentos, engendrando sentidos para nossas narrativas cotidianas: primeiro não havia narrativa, apenas o vazio; de um ato inaugural, abrupto, uma série de traços começaram a ser recolhidos e ordenados para deles fazer uma narrativa. Essa narrativa, entretanto, foi se modificando na medida do próprio desenrolar dos acontecimentos. Primeiro, confusa e difusa, mas aos poucos foi ganhando corpo e cor, nomes e datas, lugares e propósitos, desdobramentos e cristalizações.

Como se tratava de um acontecimento nunca antes visto (talvez intuído, mas sequer contemplado), diversas narrativas desconstruídas foram se sucedendo, organizando um novo discurso em torno de algo antes inominável, discurso que veio a ocupar um lugar antes destinado a outros actantes. Os contornos desse discurso são sempre moventes. Nas narrativas tecidas falta sempre uma parte, um resto que sobra e pede para ser ainda inscrito. Um *resto a concluir*, ainda que ele mesmo seja inconcluso, posto que sempre gerador de um resto a mais. Desses restos é que se alimentam, a cada dia, as narrativas jornalísticas, criando outros contornos para os discursos instituídos e instituintes da realidade.

Referências

- BAUDRILLARD, J. (1991). *Simulacros e simulação*. Lisboa: Relógio d'Água (col. Antropos).
- BENVENISTE, E. (1989). *Problemas de lingüística geral I e II*. Campinas: Pontes.
- BORGES, J. L. (1961). Del rigor en la ciencia. *El hacedor*. 2ª reimp. Buenos Aires: Emecé.
- CHAUÍ, M. (1994). *Introdução à história da filosofia*. "Glossário". São Paulo: Brasiliense.
- DELEUZE, G. (1969). *Logique du sens*. Paris: Minuit (col. Critique).
- DERRIDA, J. (1995). *A escritura e a diferença*. São Paulo: Perspectiva (col. Debates).
- ECO, U. "Sobre la imposibilidad de construir el mapa del imperio 1 a 1". Disponível em: <http://www.geocities.com/Athens/Parthenon/6248/brom.htm> (consultado em 01/2002).
- FAIRCLOUGH, N. (2001). *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB.
- FOUCAULT, M. (1996). *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola.

- FREITAS, J. M. M. (1992). *Comunicação e psicanálise*. São Paulo: Escuta (col. Ensaio).
- _____. (1997). Material de curso. "Jornalismo, política e ideologia". Disciplina ministrada na Escola de Comunicações e Artes da USP, ago.-nov.
- FREUD, S. (1987). *A interpretação dos sonhos*. Vols. I e II. 2ª ed., Rio de Janeiro: Imago,.
- GANS, H. (2004). *Democracy and the news*. Nova York: Oxford University Press.
- GOMES, M. R. (2000). *Jornalismo e ciências da linguagem*. São Paulo: Edusp/Hacker.
- _____. (2001). *R. Repetição e diferença nas reflexões sobre comunicação*. São Paulo: Annablume.
- GUIMARÃES ROSA, J. (1985). *Primeiras histórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- HALL, S. (1996). On postmodernism and articulation. In: *Critical dialogues in cultural studies*. Londres: Routledge, pp.131-50.
- JAMET, C. & JANNET, A.-M. (1999). *La mise en scène de l'information*. Paris: L'Harmattan.
- KOVACH, B. & ROSENTIEL, T. (2003). *Os elementos do jornalismo*. São Paulo: Geração Editorial.
- KRISTEVA, J. (1974). *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70 (col. Signos).
- LACAN, J. (1998). *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar (col. Campo Freudiano no Brasil).
- LÉVI-STRAUSS, C. (1974). Introdução à obra de Marcel Mauss. In: MAUSS, M. *Sociologia e antropologia*. Vol. I. São Paulo: EPU/Edusp.
- PONTE, C. (2004). *Leituras das notícias*. Contributos para uma análise do discurso jornalístico. Lisboa: Horizonte.
- PORTO, S. & MOUILLAUD, M. (org.) (2002). *O jornal – da forma ao sentido*. Brasília: UnB.
- SAUSSURE, F. (1970). *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix.
- SCHUDSON, M. (1995). *The power of news*. Cambridge: Harvard University Press.
- SOARES, R. L. (2001). *Imagens veladas: aids, imprensa e linguagem*. São Paulo: Annablume.
- TORFING, J. (2000). *New theories of discourse. Laclau, Luffe and Zizek*. Oxford: Blackwell.
- WOLTON, D. (1997). *Elogio do grande público*. São Paulo: Ática.

ROSANA DE LIMA SOARES é doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP e professora no Departamento de Jornalismo e Editoração e no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação desta mesma Escola. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Linguagem e Mídia (ECA-USP) e do Grupo de Pesquisa Forma, Imagem e Corpo (Unip-SP). Autora do livro *Imagens veladas: aids, imprensa e linguagem* (São Paulo, Annablume, 2001). rolina@usp.br

*Artigo recebido em 28 de novembro de 2005 e
aprovado em 1 de abril de 2006*